

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o Senhor Deputada Luis Miguel Teixeira Terêncio e Senhora Deputada Iolanda Barros Neves pediram a sua substituição nesta sessão, ao abrigo do nº 1, do artº 5º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido convocados para os substituir os Senhores Deputados Victor José Neves Bebiano e Maria João Pessoa Trigo, respetivamente. Informou ainda que o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesia de Agrobom/Valpereiro/Saldonha se faz representar pelo seu substituto legal, Filipe José Borges, em conformidade com o estabelecido no nº 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência dos Senhores Deputado Victor José Neves Bebiano, Horácio Pinto, Pedro Morgado e José Alberto Reis. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata da quinta sessão ordinária, realizada no passado dia dez de dezembro de dois mil e dezasseis para ser submetida a aprovação. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da quinta sessão ordinária à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Mário Telmo Legoinha, aprovar a referida ata. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- A Senhora Deputada Susana Guerra usou da palavra começando por propor à Assembleia Municipal um “Voto de Pesar” pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, a ser comunicado ao Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande e a todos os outros Municípios afetados pelo incêndio. -----

----- De seguida, a Senhora Deputada Susana Guerra, referindo-se às obras de reabilitação urbana da Vila, perguntou ao Executivo se vai suspender as obras durante os meses de Julho e Agosto, de forma a não penalizar o comércio, uma vez que estes dois meses são aqueles em que há mais gente com a vinda dos emigrantes, se o pretende fazer ou não e, caso não pretenda interromper as obras, se tem alguma solução viável, de forma a minimizar os prejuízos para os comerciantes e serviços daquela Zona da Vila. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Posteriormente, a Senhora Deputada Susana Guerra, falando da Festa da Cereja, perguntou qual o valor gasto neste evento, sabendo que esta questão já foi levantada em reunião de câmara, mas na altura, o valor ainda não estava apurado, pelo que se hoje o Executivo já tiver condições para responder, agradece. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou o Grupo do Partido Socialista se pretendia fazer alguma intervenção acerca do “Voto de Pesar” que foi sugerido. Em representação da Bancada do Partido Socialista usou da palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Silva, referindo que a Bancada que representa se associa ao “Voto de Pesar” dirigido a todos os Municípios afetados pelo incêndio e a todas as vítimas que partiram de vários pontos do País. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Mesa também se associa ao “Voto de Pesar”, tal como o Executivo Camarário, pelo que será preparado um texto para enviar pela Assembleia Municipal, porque todos os membros da Assembleia se solidarizaram com o sofrimento de todos estes Municípios e respetivas populações. -----

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara, começando por responder à Senhora Deputada Susana Guerra, dizendo que no que respeita à Reabilitação Urbana, o Executivo não vai e nem pode suspender as obras porque há prazos a cumprir e, para além do mais, a rua mais importante do Comércio já está praticamente desimpedida e o Executivo irá ter atenção para que as pessoas possam ter na mesma acesso a todo o Comércio sem problemas, irá haver esse cuidado, mas suspender a obra não vai ser possível, porque há prazos a concluir. -----

----- Quanto ao valor da Festa da Cereja, ainda não está apurado, mas não será muito diferente do ano anterior, poderá ser de mais trinta ou quarenta mil euros, porque a tenda ficou mais cara. Disse, depois, que logo que o valor esteja apurado, será comunicado ao Senhor Vereador Carlos Bebiano como ele questionou numa das reuniões de Câmara anteriores. -----

----- De seguida, a Senhora Deputada Susana Guerra perguntou se o Executivo tem ideia do retorno financeiro que a Festa da Cereja traz ao Município e ao Comércio, nomeadamente com a venda da cereja, por ser o produto que se vende mais e se algum dia foi feita essa avaliação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu, dizendo que em relação ao retorno financeiro, há vários aspetos. Por um lado, no que respeita ao Comércio Local, todos os alojamentos ficam completamente esgotados nesse período, os restaurantes ficam cheios, incluindo os que estão no Recinto da Feira e os produtores também vendem. Em sua opinião, tem que se continuar a apostar neste evento e mais em dois aspetos, até porque essa foi uma das questões que o Senhor Vereador presente nesta Sessão, colocou, que tem a ver com o facto, na opinião dele, com a qual concorda, haver poucos produtores locais. Disse que concorda com essa opinião, pois há produtores locais que deviam estar na Festa da Cereja e não estavam lá, até porque muitos deles vão a outras festas e feiras fora de Alfândega da Fé e as pessoas deviam ter orgulho em estar numa festa da sua terra e mostrar o que a sua terra tem de melhor. Continuando, referiu, pois apostar numa área de Turismo, o Concelho já começa a ter muito turismo local e alojamentos, pelo que considera que a Festa deve ter uma ala só para o Turismo. Disse depois que a Festa deve ter também uma pequena ala para o artesanato, que deve ser um bocado selecionado. Referiu também que não se deve fechar a Festa a outras pessoas que venham dos Concelhos à volta e que tenham um produto que seja interessante ou alguma proposta que enriqueça a Festa. -----

----- Posteriormente, interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começando por dizer que foram vendidas cerca de dez toneladas entre a Cooperativa e os outros produtores presentes, realçando o facto de neste ano, ao contrário de anos anteriores, estiveram mais produtores presentes, o que é bom. Tal como já foi dito, estiveram

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

presentes produtores de fora do Concelho, o que é verdade, mas não se pode esquecer que âmbito da estratégica de dinamização para este setor, não se pode limitar ao Concelho, porque, efetivamente, a cereja foi caindo ao longo das últimas décadas e para se reafirmar novamente a cereja de Alfândega da Fé tem que se ter uma estratégia inteligente de aproveitar as Zonas envolventes ao nosso Concelho que produzem também cereja de qualidade, com características semelhantes à de Alfândega da Fé e, por isso, no Caderno de encargos da IGP (Identificação Geográfica Protegida) feita para Alfândega da Fé incluiu-se freguesias limítrofes dos Concelhos vizinhos, isto para dar maior dimensão à cereja de Alfândega da Fé, tendo-se incluído freguesias dos Concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Flor e Macedo de Cavaleiros. Relativamente ao retorno propriamente dito, dez toneladas significam à volta de vinte mil euros, mas não se pode esquecer que foi vendido muito fumeiro, doces, compotas, os restaurantes que estiveram na feira parece-lhe que bateram recordes em termos de refeições que serviram, por isso, disse, os cerca de cento e vinte mil euros que o Município investe nesta feira é bem investido porque grande parte deste dinheiro fica na terra e está-se a notabilizar e a divulgar os nossos produtos e a nossa região. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, começando por se referir ao “Voto de Pesar” pelas vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande e outros concelhos à volta e nesse voto de pesar é bom não esquecer o voto de congratulação pelo desempenho que os bombeiros tiveram no combate e no sacrifício que sempre fazem em prol da vida dos outros e dos bens dos outros. Relativamente à Festa da Cereja disse que não se deve ter uma postura tão redutora de dizer que o investimento foi de cem mil euros e o retorno foi de quanto, porque de facto isto também vem de uma ação de campanha publicitária, é uma forma de publicitar o concelho e estas formas de publicitar não são imediatamente quantificáveis. Acha que se deve ter uma postura mais abrangente relativamente a esta iniciativa e achar que são boas quando são para dinamizar e dar nome ao Concelho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 27/06/2017, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra começando por dizer, tal como todos sabem, que é uma informação feita a partir dos Chefes de Divisão e os Responsáveis das várias áreas e que pretende retratar o trabalho que é feito de uma Assembleia à outra. Disse que seria bom que as pessoas lessem com cuidado porque tem lá muita informação. Referiu, depois, que do ponto de vista financeiro, o Executivo tem continuado a fazer um bom trabalho, tem um prazo de pagamento de três dias, tem-se vindo a reduzir a dívida, o que é o mais importante e as atividades continuam a decorrer, desde a Casa da Cultura e Biblioteca Municipal com a apresentação de livros, workshops e outras. No que respeita à Divisão de Urbanismo e Ambiente salientou ter uma descrição muito detalhada de todas as atividades. A Divisão de Obras refere as obras que estão a decorrer, os protocolos, entre outras atividades. Referiu, depois, que quando outros municípios vêem as informações que são enviadas à Assembleia ficam espantados com a quantidade de informação que lá conta. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes interveio dizendo que de facto a informação à muita, mas numa assembleia, em cada um dos pontos, gostaria de ver um pequeno resumo do que consta na informação escrita. Neste ponto da Informação da Presidente da Câmara à Assembleia, que de facto é exhaustiva, é pormenorizada, tem detalhado cada um dos diferentes departamentos da Câmara, mas não seria mau pegar num ou noutro ponto em cada uma das diferentes secções e destacá-lo. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes referiu que já têm um projeto, tendo já sido adjudicada a obra, começando brevemente os trabalhos e que custará 350.000 euros, para requalificar aquele espaço, que tem como princípios básicos colocar a área de descanso no piso superior e a área operacional no piso inferior. Elogiou, depois, a disponibilidade da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé pela disponibilidade que teve para com os Bombeiros, ao ceder três salas para as equipas de intervenção pernoitarem. -----

----- 2. PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017;

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que a presente alteração tem a ver com duas questões. A primeira tem a ver com o facto de se ter feito a mobilidade de algumas pessoas que tendo determinado tipo de funções e determinado tipo de habilitações estavam a ser pagas abaixo dessas funções e habilitações, dando como exemplo pessoas licenciadas a receberem como assistentes operacionais ou assistentes técnicos. Dado que este ano foi possível fazer essa mobilidade, pediu-se a todos os Chefes de Divisão que vissem, na sua Divisão, quem eram as pessoas que estavam a executar funções acima daquilo que era o seu vencimento, pois podem beneficiar daquela mobilidade, e, por isso, tiveram que ser criados os lugares no Mapa de Pessoal. A outra razão tem a ver com o facto de se abrir três concursos para assistente operacional e para tal, tiveram que ser criados os respetivos lugares. -----

----- De seguida, interveio a Senhora Deputada Susana Guerra, começando por dizer que há uma situação que não se recorda, concretamente, não se lembra de ter vindo à Assembleia Municipal a criação de um lugar para Técnico Superior de Arquitetura, tendo a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Carla Victor, a pedido da Senhora Presidente, ter esclarecido que tinha sido criado talvez em 2015. Referindo-se à última página do Mapa, a Senhora Deputada Susana Guerra, disse que consta que os lugares ocupados são cento e trinta e oito, criados, três, não ocupados, cinco e a EDEAF, doze. Fazendo o somatório com a EDEAF dá cento e cinquenta trabalhadores. Na última Assembleia a Senhora Presidente referiu que a Câmara tem cento e quarenta e quatro trabalhadores e na informação que a Técnica faz também refere os cento e quarenta e quatro, e não vê em lado nenhum esta discrepância dos seis lugares. No que respeita à mobilidade interna, disse concordarem com a mesma. -----

----- Para esclarecimento da dúvida apresentada pela Senhora Deputada Susana Guerra, a pedido da Senhora Presidente, interveio a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Carla Victor, dizendo que os lugares da EDEAF estão criados em duplicado, ou seja, os lugares de rescisão por mútuo acordo e há um lugar para a mesma pessoa ou outra que será ocupado agora com o concurso. Quanto à diferença dos cento e trinta e oito lugares ocupados do Mapa de Pessoal e os cento e quarenta e quatro referidos noutros documentos, referem-se aos membros do Executivo e do Gabinete de Apoio, num total de seis, concretamente, Presidente, Vice-Presidente, Vereador, Chefe de Gabinete, Adjunto e Secretário. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três Deputados presentes, aprovar a 1ª alteração do Mapa de Pessoal de 2017. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 3. PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DE 2017;

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que esta revisão foi feita por dois motivos, um porque havia saldo positivo e que foi transitado e que agora está a ser incluído na revisão e outro porque se vai aumentar as receitas resultantes de dois processos contra a Águas de Trás-os-Montes, de forma a poder avançar com as candidaturas que entretanto foram aprovadas, que tem a ver com os GIP's, das aldeias localizadas a sul que precisam de água tratada e vão tê-la a partir da Barragem de Sambade, uma pequena candidatura para continuar a trabalhar as alterações climáticas e outra no âmbito do valorizar, que é financiada a 90% e que tem a ver com a melhoria dos espaços públicos das Felgueiras, onde está a ser feito investimento por privados. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por maioria, dos vinte e três membros presentes, com dezasseis votos a favor e sete abstenções dos Deputados Susana Guerra, Adriano Andrade, Jonatham Pacheco, José Almendra, Maria João Trigo, António Pacheco e Carlos Pousado, aprovar a Revisão em epígrafe. -----

----- 4. RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NOS MUNICIPIOS EM SITUAÇÃO DE SANEAMENTO OU RUTURA – PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR JURISTA (DEMONSTRAÇÃO DE REQUISITOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 48º DA LOE 2017);

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que este assunto já esteve presente noutra sessão da Assembleia mas como o Município está no FAM, em excesso de endividamento, é obrigatório abrir o concurso em duas fases, sendo a primeira para quem está já vinculado à função pública, tendo essa fase já terminado, e quando não é selecionado ninguém nessa fase, passa à segunda fase, onde toda a gente já pode concorrer. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e três Deputados presentes, autorizar a abertura do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um Técnico Superior Jurista, nos termos constantes no processo. -----

----- 5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra, começando por referir que esta Associação tem a sua existência recente, cerca de um ano e meio e foi constituída através de escritura realizada no Cartório Notarial de Mirandela e na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal fez parte do grupo de Presidentes de Assembleias Municipais que esteve na base da criação desta Associação. Numa sessão anterior, deu conhecimento do assunto, ainda não tinham sido constituídos os órgãos sociais, ainda não estavam conseguidos os estatutos e hoje está-se em condições de tratar este assunto. Continuando, disse tratar-se de uma Associação de interesse público, que à semelhança do que acontece com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Associação Nacional de Freguesias, entendeu-se criar esta Associação Nacional. -----

----- Após análise dos Estatutos, conforme proposto pela Senhora Deputada Susana Guerra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três membros presentes, ratificar a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM). -----

----- 6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Tendo o assunto sido discutido em conjunto com o ponto anterior, o Senhor Presidente Mesa da Assembleia colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três membros presentes, aprovar os Estatutos da Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- 7. CLASSIFICAÇÃO DA GASTRONOMIA E DOS PRODUTOS LIGADOS À ALIMENTAÇÃO COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE DE INTERESSE MUNICIPAL EM ALFÂNDEGA DA FÉ JUNTO DA UNESCO – APROVAÇÃO;

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de uma candidatura que está a ser preparada pela CORANE, DESTIQUE e pela Associação de Desenvolvimento do Douro Superior, que são as associações de desenvolvimento que abrangem Trás-os-Montes e Alto Douro e essa candidatura foi apresentada no Romeu há mais de um ano. Disse que aquilo que aqui se pretende é fazer uma manifestação de apoio e interesse. Disse, depois, que na sua opinião, tem todo o interesse porque em Trás-os-Montes e Alto Douro há uma gastronomia muito única e também os produtos locais, e, caso consiga que essa candidatura seja aprovada, isso vai dar mais notoriedade à gastronomia e aos produtos locais e isso só tem benefícios. Por isso propõe-se à Assembleia Municipal que apoie e manifeste o interesse em participar nessa candidatura. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e três membros presentes, apoiar e manifestar o interesse em participar e colaborar na candidatura supra mencionada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- De seguida, a Senhora Presidente da Câmara pediu para dar uma informação, começando por dizer que vão ter início as obras da reabilitação urbana do espaço público. Disse que vão haver algumas modificações no trânsito, a Comissão de Trânsito vai analisar o assunto e a Câmara irá informando as pessoas, principalmente os interessados que são as pessoas que moram naquela zona. Explicou que a intervenção vai desde a intervenção que terminou junto ao Adro da Igreja, continua com o mesmo formato até ao fundo da Vila, vai apanhar duas ruas, o adro todo e algumas transversais, e isso vai implicar alguma perturbação no trânsito, mas a Comissão de Trânsito irá acompanhar a obra com o empreiteiro, de forma a haver o mínimo transtorno possível. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- A ata em minuta foi aprovada **por unanimidade**, dos vinte e três membros presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)